

Covid-19

Impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF¹

Virgínia Gomes de Caldas Nogueira²
Maria Quitéria dos Santos Marcelino³

Resumo – Esta pesquisa avalia os impactos e estratégias da comercialização de alimentos da agricultura familiar no Distrito Federal e Entorno durante as restrições impostas pela pandemia de Covid-19. A crise social causada pelo coronavírus resultou em mudanças abruptas e imprevisíveis para agricultura familiar. As associações e cooperativas que representam os pequenos agricultores precisaram se reorganizar rapidamente para reduzir as perdas e desenvolver alternativas de comercialização. Os dados foram coletados em entrevistas semiestruturadas com presidentes e gestores de 17 associações e cooperativas agrícolas do DF e Entorno. Apesar do prejuízo, associações e cooperativas desenvolveram estratégias de comercialização e intensificaram canais de distribuição de alimentos. Políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), foram importantes nesse contexto de pandemia para manter a produção viável, evitar perdas e manter a renda do agricultor. Ao mesmo tempo, essas políticas auxiliam no abastecimento de alimentos à população dependente desses programas, como os alunos atendidos na rede pública de ensino e seus familiares, que fazem parte de uma população de grande fragilidade socioeconômica.

Palavras-chave: associações, cooperativas, pandemia.

Covid-19: Impacts and strategies to commercialization of family farming food in Federal District

Abstract – This study evaluates the impacts and strategies to commercialization of family farming food during restrictions imposed by COVID-19 in Federal District of Brazil and surrounding areas. A social crisis, caused by coronavirus, resulted in abrupt and unpredictable changes for family farmers. Associations and cooperatives representing small holders farmers needed to reorganize themselves quickly to reduce losses and develop alternatives for trade and marketing. Data were collected using semi-structured interviews, with executives and managers of 17 agricultural associations and cooperatives from the Federal District area, Brazil, and surrounding areas. Despite

¹ Original recebido em 3/11/2020 e aprovado em 12/1/2021.

² Pesquisadora da Embrapa (Sire). E-mail: virginia.nogueira@embrapa.br

³ Pesquisadora da Embrapa (Sire). E-mail: quiteria.marcelino@embrapa.br

the loss, associations and cooperatives developed marketing strategies and intensified some food distribution channels. Public policies and programs such as the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) were important in this pandemic context to maintain viable production, avoid losses and keep up the farmer's income. At the same time, these policies helped the food supply to the population dependent on these programs, such as students assisted by the public school network and their families, who are part of a population who has strong socioeconomic fragility.

Keywords: associations, cooperatives, pandemic.

Introdução

A pandemia de coronavírus representa uma crise sem precedentes na história recente do País e do mundo. As consequências previstas poderão mudar fortemente cenários de curto, médio e longo prazos, com potencial para alterar de maneira significativa as formas de produção, comercialização e de distribuição de produtos, de maneira definitiva, no pós-pandemia. Diversos estudos têm mensurado e projetado os impactos, já causados e futuros, da pandemia de Covid-19 nas cadeias do agronegócio brasileiro (Futemma et al., 2020; Lucena et al., 2020; Pedroso et al., 2020; Vieira Filho, 2020). Alguns deles mostram que a agricultura familiar foi impactada em múltiplas dimensões, e muitos agricultores encontraram alternativas para superar a crise. Alguns produtores perderam parte de sua produção, mas os estudos mostram que as políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram imprescindíveis nesse processo e garantiram a manutenção da produção e da renda.

A agricultura familiar, definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006), ocupa lugar de destaque quando se trata da alimentação das famílias brasileiras. A terra é a principal fonte de renda da família, sendo também local de trabalho e moradia. Essa atividade, assim caracterizada, é responsável pela grande diversidade de alimentos e especiarias produzidos e disponibilizados ao consumidor final.

Segundo dados do último censo agropecuário, realizado em 2017 (IBGE, 2017a), 77% dos

estabelecimentos rurais são classificados como pertencentes à agricultores familiares, quase quatro milhões de estabelecimentos. Trabalham na agricultura familiar 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários, ou mais de dez milhões de pessoas. Segundo Lucena et al. (2020), a agricultura familiar é o principal pilar econômico de 90% dos municípios brasileiros que possuem até 20 mil habitantes.

Com o objetivo de desenvolver e estimular a agricultura familiar no País, foi criado em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Trata-se de uma política que oferece diferentes linhas de crédito para projetos individuais e coletivos da agricultura familiar. Para ter acesso ao crédito, o agricultor familiar deve providenciar uma Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), que é emitida por uma empresa de assistência técnica e extensão rural (Ater), pelo Sindicato Rural, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Unidade Técnica Estadual (UTE), entre outros. O Pronaf se destaca como um dos mais importantes programas de financiamento para custeio e investimentos da agricultura familiar.

A agricultura familiar no DF e Entorno foi atingida inicialmente pelas restrições impostas pela pandemia de forma muito particular, já que grande parte da renda dos pequenos produtores tem origem nas feiras livres e restaurantes, que foram fechados para conter a disseminação da doença. Esse impacto na renda decorreu também da suspensão temporária dos programas de governo, como o Pnae e o PPA, em meados de março de 2020, por causa da interrupção das

aulas nas escolas públicas, sendo o DF a primeira unidade federativa a suspender as aulas das redes pública e privada (Vieira Filho, 2020).

O Pnae direciona recursos financeiros aos estados, ao DF e aos municípios, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), para suprir as necessidades alimentares de alunos das escolas da rede pública. O programa surgiu na década de 1940 e, ao longo dos anos, recebeu diversas denominações e readequações. Uma dessas readequações foi a que, pela Constituição Federal de 1988, assegurou o direito à alimentação escolar para todos os alunos da rede pública do ensino fundamental. Outro ajuste significativo, realizado com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 (Brasil, 2009), estabeleceu que pelo menos 30% dos valores repassados aos estados, municípios e DF pelo FNDE ao Pnae deveriam ser destinados à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Isso aproximou a escola das cadeias produtivas, aumentando a possibilidade de alimentos frescos na merenda escolar.

O PAA, criado pela Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 (Brasil, 2003), e posteriormente alterado pela Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011 (Brasil, 2011), tem dois objetivos básicos: i) dar acesso à alimentação, promovendo a segurança alimentar e nutricional; e ii) incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar. Para tanto, o programa adquire produtos da agricultura familiar de forma simplificada e sem licitação, que são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os recursos são provenientes do Ministério da Cidadania ou do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e são executados por estados e municípios em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Atualmente, o PAA oferece seis modalidades para aquisição de alimentos, com diferentes finalidades: i) compra com doação simultânea; ii) compra direta; iii) formação de estoques; iv) incentivo à produção e consumo de leite; v) compra de sementes; e vi) compras

institucionais. De acordo com Machado et al. (2020), o PAA, dez anos depois da criação do Pronaf, surgiu para reforçar a política de apoio à agricultura familiar e de reforço à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) – isso conferiu duas funções ao programa, a de política agrícola e a de política de assistência alimentar.

Segundo Vieira Filho (2020), o Mapa, na gestão dos programas e políticas públicas, tem condições de garantir o abastecimento de alimentos e segurança alimentar, bem como a renda aos produtores rurais, durante e após a crise causada pela pandemia.

É indiscutível a importância de tais programas de governo (Pnae e PAA), tanto para os alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) quanto para agricultores familiares. Também é evidente que, durante a pandemia, o fortalecimento desses programas é uma alternativa ágil e eficaz para produtores rurais da agricultura familiar e para os que se beneficiam deles.

Ações emergenciais

Segundo o último censo agropecuário realizado pelo IBGE (2017b), 3.897.408 estabelecimentos foram classificados como de agricultura familiar e foram responsáveis por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários do País. No DF e em Goiás, existem 98.417 estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar. Esses são números que revelam a importância da agricultura familiar no Brasil.

Com a interrupção das aulas da rede pública, por causa da Covid-19, os editais para renovação da contratação de compra dos alimentos da agricultura familiar para abastecer as escolas foram temporariamente suspensos. Houve, por parte de representantes do governo e de entidades representativas do setor, grande preocupação com a possibilidade de desabastecimento e de possíveis prejuízos com a perda

da produção e renda da agricultura familiar no início da pandemia. Por esse motivo, iniciativas conduzidas pelo Governo do Distrito Federal foram rapidamente implementadas para auxiliar os agricultores locais, já que uma das principais fontes de escoamento da produção agrícola familiar havia sido paralisada.

Uma dessas ações foi a abertura de chamada pública da Secretaria de Estado de Educação, de 5 de março de 2020 (Brasília, 2020a), para a aquisição direta de gêneros alimentícios perecíveis (frutas e hortaliças) provenientes da agricultura familiar para o atendimento ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE/DF) – foram R\$ 20.371.750,63 destinados pela secretaria. Os resultados dessa chamada pública, publicados no Diário Oficial de 19/5/2020 (Brasília, 2020b), pela Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional, beneficiaram 17 associações e cooperativas de agricultores familiares do DF, com recursos do FNDE.

Outras iniciativas de âmbito federal também foram implementadas, como a sanção da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 (Brasil, 2020b), que altera a Lei nº 11.947, de junho de 2009, e autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas decorrente da pandemia, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Pnae aos pais (ou responsáveis) dos estudantes das escolas públicas de educação básica, como forma de fazer com que a alimentação recebida pela merenda escolar chegue à casa do estudante, já que muitas famílias que vivem da economia informal foram obrigadas a se manter em quarentena e, por isso, perderam sua renda (Valadares et al., 2020). Foi também uma forma de manter um canal de comercialização para que o agricultor familiar continuasse produzindo e comercializando seus produtos.

Outra ação emergencial de grande importância, articulada pelo Mapa, foi a Medida Provisória nº 957, de 24 de abril de 2020 (Brasil, 2020c), que destina crédito extraordinário de R\$ 500 milhões para o Ministério da Cidadania, por meio do PAA, aplicar em segurança alimen-

tar e nutricional. Destes, R\$ 220 milhões serão destinados a programas conduzidos pela Conab para as cooperativas de agricultores familiares.

Dessa forma, em emergência sanitária, governos estaduais e federal procuraram cumprir o papel de direcionar recursos, via Pronaf, para apoio financeiro e crédito. Nesse sentido, foi criada também uma linha especial de crédito para médios agricultores por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), direcionada a produtores de flores, hortifrútiis, leite, aquicultura e pesca.

A agilidade com que as ações dos governos federal e do DF foram implementadas permitiu que os agricultores familiares buscassem alternativas para minimizar as perdas, imprevisíveis no contexto anterior à pandemia.

Da agricultura familiar à mesa – iniciativas de apoio

As associações e cooperativas de agricultura familiar trabalham com diversas formas de comercialização, como a venda da produção em feiras de bairros, supermercados, bares e restaurantes e a venda de cestas de produtos organizada em redes sociais como Instagram, Facebook e WhatsApp, além da comercialização de produtos por meio dos programas de governo já mencionados.

Inicialmente, a suspensão dos programas de alimentação destinada às escolas causou grande impacto às associações e cooperativas de agricultura familiar, pois eles respondem por volume significativo da comercialização da produção e da renda do agricultor familiar.

Com o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 (Brasil, 2020a), de forma abrupta e imprevisível, os hábitos de consumo mudaram drasticamente. A necessidade de permanecer em quarentena, de evitar supermercados, feiras e restaurantes, fez com que o consumidor usasse com mais frequência os serviços de entrega em domicílio (delivery) e que se preocupasse mais não só com a compra dos alimentos, mas

também com a manipulação, as embalagens e o armazenamento dos produtos.

Embora houvesse a preocupação dos governos e entidades de apoio à agricultura familiar quanto à manutenção da oferta de alimentos à população, tornou-se necessário desenvolver informações de apoio e proteção aos agricultores familiares e a toda a cadeia de distribuição de alimentos, como forma de garantir que a manipulação dos produtos, da colheita à mesa do consumidor, fosse segura, para evitar a contaminação dos envolvidos no processo. Desse modo, entidades como o Sistema CNA (CNA/Senar), a Conab, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf), universidades federais e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) elaboraram orientações e informações para que os agricultores familiares enfrentassem a pandemia, bem como iniciaram articulações para o desenvolvimento de políticas públicas emergenciais, leis e medidas provisórias.

A Embrapa disponibilizou rapidamente orientações sobre a pandemia, estudos e suporte técnico por meio de suas Unidades Descentralizadas e programas de comunicação, como o *Prosa Rural*, além de manter uma página específica na Internet⁴ que disponibiliza dados estatísticos sobre a Covid-19, cursos de capacitação a distância e vídeos de orientação.

No Brasil, vários programas foram desenvolvidos para dar suporte à agricultura familiar, como o projeto Dom Távora, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que oferece apoio consultivo e capacitação aos pequenos agricultores familiares. Antes da pandemia, o apoio consultivo era de forma presencial; depois, passou a

ser a distância. As ações de assistência técnica do programa usam, mesmo com a conexão de Internet instável, o WhatsApp como ferramenta para orientação e para comercialização dos produtos agrícolas. Os consultores do projeto e agricultores constataram que o uso das redes sociais impulsionou as vendas em relação ao início da pandemia. Outro fenômeno observado pelos consultores foi a aproximação dos jovens, filhos dos produtores, para auxiliar os pais no uso das ferramentas digitais⁵.

A Food and Agriculture Organization of the United Nations e a World Health Organization publicaram orientações para empresas do setor alimentício com o objetivo de destacar diretrizes de segurança para a integridade da cadeia alimentar, de forma a proteger produtores e consumidores (Covid-19..., 2020). O guia faz referências à prevenção, ao uso de luvas, à importância do distanciamento físico no ambiente de trabalho e aos cuidados no transporte e na entrega dos produtos.

A Universidade de Campinas (Unicamp) publicou um boletim sobre a agricultura familiar e plataformas digitais no contexto da Covid-19 (Zuñiga et al., 2020). O documento traz iniciativas para apoiar a agricultura familiar em países da América do Sul com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As plataformas digitais contribuem para fortalecer redes de cooperação e informação, tanto pelo YouTube e Instagram, para promoção e divulgação de informações, quanto pelo WhatsApp, para comercialização, ampliando seu uso tanto por produtores quanto por consumidores. Os autores ressaltam a necessidade do desenvolvimento de programas e políticas públicas para facilitar o acesso às tecnologias no meio rural, não só como meio de acesso e inclusão digital, mas como forma de garantir a comercialização e a renda.

Com as restrições impostas pela pandemia de coronavírus no País, o acesso à Internet e às redes sociais adquiriram outro patamar de

⁴ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/covid-19>>.

⁵ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/projeto-apoia-agricultores-familiares-durante-pandemia-da-covid-19-em-sergipe>>.

importância na comercialização dos produtos da agricultura familiar. Em estudo que integra projeto sobre “Inteligência estratégica para pequenos produtores rurais: agregação de valor e tecnologia”, verificou-se que 57% dos produtores usam redes sociais para obter ou divulgar informações da propriedade e da sua produção, mas 47,8% ainda relatam problemas ou dificuldades com a conexão de Internet em áreas rurais (Agricultura..., 2020).

Nesse cenário, percebe-se que diversas entidades e instituições de pesquisa e assistência técnica se mobilizaram com agilidade para oferecer orientação e suporte para que a agricultura familiar enfrentasse a crise gerada pelas restrições sociais que impactaram a produção e a renda dos pequenos produtores.

Método

Para avaliar os impactos e estratégias na comercialização de alimentos da agricultura familiar, de acordo com o relato dos gestores das associações e cooperativas, durante as restrições impostas pela Covid-19 no DF e Entorno, foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que permitiu ampliar a compreensão dos fatos e fenômenos de uma realidade delimitada (Trivinos, 1987; Prodanov & Freitas, 2013).

A escolha das associações e cooperativas (amostra) foi por conveniência, de tipo não probabilístico, por acessibilidade, tendo como referência as associações e cooperativas de agricultura familiar aprovadas na chamada pública publicada do Diário Oficial de 19/5/2020, da Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional do DF. Foram convidadas para a entrevista as 17 associações e cooperativas de agricultura familiar que participaram do referido edital. Destas, dez aceitaram participar, além de duas outras associações convidadas.

Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, via formulário digital (Google Forms), com os gestores res-

ponsáveis pelas associações e cooperativas. A entrevista foi elaborada com base nas primeiras preocupações a respeito das restrições impostas pela pandemia à agricultura familiar, registradas em reportagens sobre impacto da pandemia no DF. Informações complementares, quando necessárias, foram dadas pelos entrevistados, via WhatsApp, ligações telefônicas ou e-mail, em virtude da necessidade de distanciamento social. A entrevista ficou disponível as participantes de março a setembro de 2020. A análise dos dados foi feita de forma descritiva, visando relatar características, estabelecer relações e interpretar fatos, como é comum nas ciências sociais.

Resultados e discussão

O cooperativismo é entendido como um modelo socioeconômico fundamentado na participação e colaboração mútua de pessoas, unidas de forma voluntária e com um objetivo comum. Com esse propósito, para buscar informações mais amplas, que pudessem abranger a percepção coletiva dos pequenos produtores, optou-se por entrevistar gestores e representantes das associações e cooperativas locais de agricultura familiar.

No DF, segundo censo agropecuário realizado pelo IBGE (2017b), existem 5.246 produtores rurais e, destes, 2.733 são estabelecimentos de agricultura familiar. Apesar de haver controvérsias a respeito do quanto se produz na agricultura familiar do País (Hoffmann, 2014), não há dúvida de que ela responde por grande parte do abastecimento interno e pela grande variedade de produtos.

Percebeu-se que cada associação ou cooperativa desenvolveu a própria forma de enfrentar a pandemia (Tabela 1). A identificação das associações e cooperativas foi codificada para preservar as informações coletadas.

A Assoc. I conta com aproximadamente 30 famílias de agricultores familiares. Sua principal fonte de renda antes da pandemia era proveniente dos programas de governo (Pnae,

Tabela 1. Impactos e estratégias de associações e cooperativas do DF para a comercialização durante a pandemia de Covid-19.

Associação/cooperativa	Número aproximado de produtores associados	Fonte de renda antes da pandemia	Página na Internet e redes sociais	Impacto no início da pandemia (estimativa)	Estratégia adotada para enfrentar a pandemia	Fonte de orientação
Assoc. I	30	Pnae, PAA	Internet e Facebook	4 t	Fortaleceu a venda direta ao consumidor final via WhatsApp	Senar e Emater
Assoc. II	330	Pnae, PAA	Não possui	5 t	Não adotou estratégias, aguardava participar da Feira Segura, do Papa ^{(2)/} DF e do PAA/Conab	Senar
Assoc. III	25	Feiras, mercados, Pnae	Facebook	R\$ 10 mil	Não adotou nenhuma estratégia	Não recebeu
Assoc. IV	70	Pnae, PAA	Não possui	70% da produção	Alguns agricultores isoladamente entregam direto aos seus clientes	Sec. Educação
Coop. I	200	Pnae, mercados	Internet, Facebook e Instagram	30 t	Fortaleceu a venda direta ao consumidor final via WhatsApp	Sec. Saúde
Assoc. V	120	Pnae, PAA, Conab, feiras e restaurantes	Não possui	R\$ 10 mil/produtor	Não adotou novas estratégias de comercialização	Emater
Coop. II	350	Pnae, PAA	Internet e Facebook	R\$ 500 mil	Não adotou novas estratégias de comercialização	Não recebeu
Coop. III	300	Mercados, Ceasa, Pnae, PAA	Internet, Facebook e Instagram	20% na Ceasa	Procurou participar dos editais e vender mais para os mercados durante a pandemia	Não recebeu
Assoc. VI	30	CSA ⁽¹⁾	Instagram	Não houve	Intensificou a divulgação sobre a CSA ⁽¹⁾	Não recebeu
Coop. IV	35	Pnae	Internet	80 t	Procurou participar mais dos editais do governo durante a pandemia	Emater
Assoc. VII	20	Feiras livres, PAA	Não possui	Não houve	Iniciaram a venda direta para o consumidor final via WhatsApp	Emater
Coop. V	420	Feiras livres, PAA, Papa ^{(2)/} DF	Internet, Facebook e Instagram	Não houve	Iniciaram a venda direta para o consumidor final via WhatsApp e participaram do Papa ^{(2)/} DF	Emater

⁽¹⁾ Comunidade que Sustenta a Agricultura.

⁽²⁾ Programa de Aquisição da Produção da Agricultura.

PAA - compra com doação simultânea e compra direta), cerca de 80% da produção. Antes da pandemia, as preocupações eram os recursos para investimento, as péssimas condições das estradas do DF e a falta de assistência técnica. Para enfrentar as restrições comerciais impostas pela quarentena, a Assoc. I procurou alternativas para ampliar a entrega em domicílio (delivery), utilizando fortemente o aplicativo WhatsApp para vender os produtos de todos os seus associados e manter contato com os clientes. Além disso, como forma de divulgar e apresentar a associação para a comunidade, a associação mantém um site para cotações e uma página no Facebook. Para a associação, os programas emergenciais do governo não contemplaram os produtores orgânicos, pois os editais lançados eram direcionados para produtos convencionais. Durante a pandemia, a associação percebeu mais claramente que o cooperativismo é essencial para sua comunidade. Diante de uma situação atípica e difícil, ela manteve a união de todos os produtores e possibilitou o escoamento da produção e de uma maior variedade de produtos.

A Assoc. II possui cerca de 330 produtores. Não possui página na Internet, no Facebook nem no Instagram e não usa o WhatsApp para divulgação e comercialização de produtos. Durante a pandemia, houve perdas na produção de cerca de cinco toneladas de alimentos. No momento, participa do Pnae e do PAA (institucional) e pretendia participar da Feira Segura, organizada pelo Senar, que os orientou quanto aos cuidados para evitar a contaminação pelo coronavírus. A associação não desenvolveu estratégias para comercializar sua produção coletivamente, mas seus produtores, isoladamente, procuraram vender diretamente para pequenos mercados locais.

A Assoc. III tem cerca de 25 associados. As fontes de renda da associação eram as feiras livres, programas do governo e a comercialização em pequenos mercados. Com o início da pandemia, a associação sofreu perdas de produção e prejuízos financeiros estimados em R\$ 10 mil por produtor.

Os produtores, isoladamente, procuraram alternativas para vender diretamente a mercados locais, enquanto a associação aguardava por novos editais. Possui página no Facebook, mas não no Instagram nem site. Não usam o WhatsApp para divulgação e comercialização dos produtos, mas seus produtores procuraram escoar a produção em mercados locais no início da pandemia, isoladamente. Participam da Vitrine da Agricultura Familiar⁶, página mantida pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, que visa dar visibilidade à agricultura familiar no País. O presidente da Assoc. III ressalta a importância da criação de novas linhas de crédito para auxílio ao produtor familiar.

Com 70 produtores familiares, aproximadamente, a Assoc. IV está numa localidade de difícil acesso à Internet, mas utiliza o WhatsApp como ferramenta de comunicação com órgãos de governo do DF e entre os produtores. A associação participa da Vitrine da Agricultura Familiar, mas não possui site nem página no Facebook ou Instagram. A associação relata grandes perdas de produção e prejuízos financeiros no início da pandemia e queda nas vendas de cerca de 70%, especialmente por causa da suspensão temporária do Pnae. O presidente da associação afirma que as maiores dificuldades que enfrentam estão relacionadas ao acesso à Internet e à indisponibilidade de torres de telefonia.

A renda da Coop. I, com aproximadamente 200 associados, antes da pandemia, tinha origem no Pnae (90%) – o restante era da venda para pequenos mercados privados. Com a suspensão temporária do programa, houve perdas de cerca de 30 toneladas de frutas e verduras. Para lidar com as restrições da pandemia, a cooperativa trabalhou com entrega direta ao consumidor, o que aliviou os prejuízos iniciais. A cooperativa possui página na Internet e usa WhatsApp, Facebook e Instagram para divulgar e impulsionar a comercialização seus produtos. A cooperativa acredita que, em situações como essa, programas como o PAA poderiam amparar

⁶ Disponível em: <<http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine>>.

os produtores familiares e famílias carentes de maneira mais ampla.

O presidente da Assoc. V relatou que o Pnae é essencial para a manutenção da renda dos pequenos produtores familiares. A renda da associação, que possui cerca de 120 associados, antes da pandemia era proveniente do Pnae, do PAA, de feiras e restaurantes, e chegava a R\$ 30 mil por agricultor/ano. No início da pandemia, houve prejuízo de cerca de R\$ 10 mil por produtor familiar. Quando as restrições impostas pela pandemia chegaram, a associação procurou a Emater para obter o suporte e as orientações para enfrentar a crise. A associação não usa o WhatsApp para comercializar seus produtos, pois o acesso à Internet onde ela está estabelecida é precário. Todo suporte e informações técnicas para o enfrentamento da pandemia foi dada pela Emater, que está presente sempre que necessário para atender os associados. A associação não adotou estratégias de comercialização durante a pandemia e, portanto, espera continuar participando dos programas do governo para manter a renda dos seus associados. Um aspecto positivo relatado foi que houve aumento das vendas de cestas verdes para programas do governo. A associação acredita que a agricultura familiar poderia ser fortalecida com melhorias na infraestrutura rural, como o melhor acesso à internet e energia elétrica mais barata. Os preços da aquisição de alimentos pelo governo estão, segundo seu presidente, muito baixos.

A Coop. II conta com cerca de 350 produtores rurais e, antes da pandemia, 80% de sua renda era proveniente do Pnae e 20% do PAA. A cooperativa possui um site e uma página no Facebook para divulgação dos seus produtos e do seu trabalho, mas não para comercializar. A pandemia causou grandes prejuízos, segundo seu presidente (mais de R\$ 500 mil). A cooperativa não desenvolveu estratégias coletivas de comercialização, pois os cooperados buscaram por conta própria outros mecanismos para escoar a produção, como a venda direta a mercados locais e de cestas. Para lidar com situações

semelhantes futuras, o presidente da cooperativa está acelerando o processo para criação de uma agroindústria para trabalhar inicialmente com polpas de frutas, como alternativa para não depender exclusivamente dos programas de governo. A cooperativa não recebeu informações sobre os cuidados com a manipulação dos alimentos durante a pandemia, mas manteve e reforçou as medidas de higiene que já adotavam. Para seu presidente, a burocracia dificulta o acesso às políticas de fortalecimento da agricultura familiar:

O produtor rural em meio a toda a atual situação ficou refém das dificuldades e promessas feitas pelo Estado; as políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar não passaram do papel, e os produtores continuam à espera de solução de velhos problemas, como o acesso ao Pronaf, que ainda é um sonho distante (informação verbal)⁷.

Antes da pandemia, a renda da Coop. III, de aproximadamente 300 cooperados, era distribuída entre redes de supermercados (60% da produção), vendas na Ceasa (cerca de 20%) e programas do governo (Pnae e Papa/DF, cerca de 20%). Não houve redução de vendas aos supermercados, mas as vendas na Ceasa caíram fortemente no início da pandemia (queda de 20%), e a estratégia para escoar a produção foi procurar participar dos editais para vendas emergenciais e tentar aumentar a venda para supermercados. Alguns cooperados que vendiam diretamente em feiras livres cessaram a atividade e conseguiram escoar seus produtos pelas ações da cooperativa, que não usa nenhum aplicativo nem página na Internet para comercializar seus produtos diretamente ao consumidor, por acreditar não haver esse tipo de demanda; porém, utiliza o WhatsApp para receber pedidos dos supermercados. A cooperativa afirmou não ter recebido orientações sobre os cuidados na manipulação de alimentos para prevenção da Covid-19, mas adotou medidas de proteção que receberam das mídias. O presidente da cooperativa acredita

⁷ Informação fornecida pelo presidente da Cooperativa II aos autores.

que o governo local agiu rapidamente, alterando os programas para atender à agricultura familiar:

O governo agiu rápido com programas para adquirir os produtos da agricultura familiar, que é muito bom. Por outro lado, estamos preocupados com a quantidade de produtores que estão saindo do ramo, por falta de crédito para plantar. Os financiamentos de banco não chegam aqui na ponta. Esbarra em garantias e muitos já [estão] com o nome sujo (informação verbal)⁸.

A pandemia fortaleceu o sentido do cooperativismo, e os associados perceberam que em momentos de crise a união de todos foi determinante para que não houvesse maiores prejuízos.

A Assoc. VI é composta por um pequeno grupo de produtoras rurais (cerca 30 mulheres) que trabalham na terra e dela obtém o sustento de suas famílias. É uma associação recém-criada, que surgiu pouco antes da pandemia chegar ao DF. Assim que começaram as restrições de funcionamento de feiras, as produtoras tentaram elaborar e vender cestas de produtos agroecológicos, sem sucesso. Houve perdas de produção no início da pandemia, mas como a associação faz parte de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), foi intensificada a oferta de cestas de produtos como forma de escoar a produção. Uma CSA é uma parceria entre agricultores e consumidores, em que responsabilidades, riscos e benefícios são compartilhados, e os consumidores se tornam “coagricultores”. Mediante um valor mensal, os coagricultores recebem uma cesta semanal ou quinzenal de produtos agrícolas de uma CSA local. As comunidades que sustentam a agricultura são formadas por grupos autônomos comprometidos com um mesmo propósito. No DF, a primeira CSA⁹ surgiu em 2011, no Assentamento Oziel Alves, na Bacia do Pípiripau, com a criação da Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu. Atualmente o DF conta

com 36 CSAs estruturadas. As associações que fazem parte de uma CSA procuram fortalecer esse tipo de movimento social cujo objetivo é sustentar a agricultura agroecológica, orgânica, solidária e sustentável de produção e consumo de alimentos. A associação comercializa seus produtos exclusivamente por esse meio, e sua página no Instagram divulga o trabalho da associação e da comunidade CSA.

A Coop. IV possui cerca de 35 associados e sua renda antes da pandemia era exclusivamente das vendas ao Pnae. Com a pandemia, alguns produtores tentaram vender direto para supermercados e produzir cestas de produtos verdes e oferecer entrega em domicílio, sem sucesso. A cooperativa não possui página na Internet nem em redes sociais, por não haver quem possa administrar esse trabalho. No início da pandemia, a cooperativa deixou de comercializar cerca de 80 toneladas de frutas, aproximadamente R\$ 200 mil. O período mais crítico foi da segunda quinzena de março até abril, mas os associados escoaram a produção por outros canais, como vendas para pequenos mercados e direta ao consumidor. A Emater deu o suporte quanto aos cuidados na manipulação de alimentos. Seu presidente relata que percebeu a importância de estar nas redes sociais como forma de estabelecer contato com outros meios de comercialização direta.

Voltamos às nossas atividades normais em maio com o PAA, Conab, tivemos a possibilidade de absorver uma quantidade expressiva da produção dos nossos cooperados, com isso ressaltou-se ainda mais que trabalhar em grupo traz segurança, ou seja, a produção, que corria o risco de não ser comercializada, foi escoada por um preço melhor do que o mercado proporcionava e incentivou a continuação da atividade produtiva (informação verbal)¹⁰.

O presidente da cooperativa conclui que o governo local deve fortalecer os programas de

⁸ Informação fornecida pelo presidente da Cooperativa III aos autores.

⁹ Saiba mais em: <<https://csabrasilia.wordpress.com/csabrasilia/rede-csa-brasil>>.

¹⁰ Informação fornecida pelo presidente da Cooperativa IV aos autores.

compras institucionais como forma de fortalecer a agricultura familiar.

A Assoc. VII possui cerca de 20 produtores rurais familiares e, antes da pandemia, sua renda era distribuída em feiras livres (60% da produção) e PAA (40%). Com as restrições, alguns clientes solicitaram que a associação fizesse entregas em domicílio, o que ajudou a escoar a produção no início da pandemia – a ação foi muito eficaz e será mantida depois da pandemia. A associação usa o WhatsApp para receber pedidos e programar entregas e justifica que é uma ferramenta simples, de fácil uso e disponível a todos. A associação recebeu orientação sobre medidas de segurança e higiene para manipulação e comercialização de alimentos durante a pandemia através de publicações da Emater no Instagram. De acordo com seu presidente, “O cooperativismo nos ajudou muito nas questões de organizar a produção e principalmente na comercialização conjunta dos produtos” (informação verbal)¹¹. Relata, contudo, a necessidade de um crédito emergencial para apoiar produtores que, por estarem em grupos de risco para o coronavírus, não puderam trabalhar com entregas em domicílio.

Das cooperativas e associações que participaram da entrevista, a Coop. V é, provavelmente, a mais bem estruturada e conta com cerca de 430 cooperados. Possui página na Internet, no Instagram e no Facebook, onde divulga seu trabalho, com conteúdo renovado com certa frequência. Também possui portfólio de ações, serviços e produtos e desenvolve conteúdos nas redes sociais relacionados às suas atividades. A renda da cooperativa antes da pandemia tinha origem em feiras livres (35% da produção), no PAA (20%), no Pnae (40%) e em outros meios de comercialização (5%). No início da pandemia, a cooperativa começou a fazer entregas diretas ao consumidor e também participou da chamada para o Papa/DF, para doações de cestas verdes. O WhatsApp é utilizado para fazer contato direto com o cliente, o meio mais eficaz para isso, e

que provavelmente se manterá depois da pandemia. Conforme a presidente, “Iremos avaliar a manutenção do delivery. Porém, avaliamos que precisa ser avaliado o mercado após a pandemia. Muitas pessoas adotaram a prática” (informação verbal)¹². Relata também que não houve perdas da produção, pois buscaram outros caminhos de comercialização. Seus cooperados receberam da Emater e da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás orientações sobre medidas de segurança e higiene para manipulação e comercialização de alimentos durante a pandemia.

Considerações finais

Com a pandemia de Covid-19, iniciativas dos governos Federal e do Distrito Federal foram rapidamente implementadas, já em março de 2020, para auxiliar os agricultores familiares. A vinculação dos produtores da agricultura familiar a associações e cooperativas fortaleceu os envolvidos na busca de estratégias criativas para o escoamento da produção.

Segundo informações fornecidas pelos presidentes das associações e cooperativas do DF entrevistados, houve prejuízos significativos na maioria delas (75%). Os impactos causados geraram prejuízos financeiros e houve perda de alimentos e produção. Mas apenas 25% dessas associações e cooperativas aguardaram os editais emergenciais para voltar a participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). As demais procuraram, como estratégias de comercialização, diversificar ou intensificar canais de distribuição de alimentos, como aumentar o escoamento da produção para pequenos mercados e supermercados locais ou aumentar a oferta para os consumidores finais.

Os resultados corroboram os de Pedroso et al. (2020), que apontam que os produtores que já tinham uma rede de comercialização, como pequenos supermercados e clientes diretos, es-

¹¹ Informação fornecida pelo presidente da Associação VII aos autores.

¹² Informação fornecida pelo presidente da Cooperativa V aos autores.

coaram sua produção de maneira mais eficaz, sem maiores prejuízos. Outro aspecto relevante é que as associações e cooperativas foram fundamentais no momento de crise para agregar os agricultores em busca de uma solução coletiva.

A resposta rápida de muitas entidades – CNA/Senar, Conab, Emater, Contag, Contar, universidades federais e Embrapa – também foi bastante eficaz para auxiliar no enfrentamento das contingências.

É possível afirmar, pelas entrevistas realizadas, que algumas das estratégias de comercialização adotadas neste período se tornarão permanentes. A exposição em redes sociais para divulgação dos produtos e impulsionar a comercialização por meio de pedidos em listas de distribuição do WhatsApp ou Direct do Instagram, para entrega em domicílio, é uma das estratégias que permanecerão no pós-pandemia.

Segundo relatos dos presidentes das associações e cooperativas, pode-se enumerar possíveis ações futuras para ampliar a capacidade produtiva da agricultura familiar, não apenas em momentos emergenciais: i) realizar investimentos para melhorar a infraestrutura rural (estradas, energia elétrica e acesso à Internet); ii) publicar editais específicos e direcionados para a produção orgânica; iii) melhorar a orientação técnica e financeira ao produtor, para facilitar o acesso ao crédito; e iv) desenvolver ações e programas que favoreçam a inclusão digital do agricultor familiar.

Contudo, ficou evidente que políticas públicas específicas, como o PAA e o Pnae, foram, neste contexto de pandemia, essenciais tanto para manter a produção e renda do agricultor familiar e evitar perdas quanto para garantir a oferta de alimentos à população de forte fragilidade socioeconômica, como os alunos da rede escolar e suas famílias – editais específicos para a agricultura orgânica ou agroecológica poderiam ter beneficiado mais agricultores. Este momento crítico deveria servir para que se aprimorem os programas dessa natureza, como forma de garantir a segurança alimentar da população brasileira, quem sabe, ampliando os programas

de apoio à agricultura familiar e buscando sua extensão definitiva à população em estado de pobreza.

Associações e cooperativas desempenham importante papel no desenvolvimento da agricultura familiar, aproxima produtores familiares do consumidor final e organiza ações coletivas em benefício dos seus cooperados. A pandemia, de certa forma, valorizou os produtos originados da agricultura familiar, estabelecendo não só um maior valor social, mas também a percepção, pela sociedade, da maior qualidade dos seus produtos.

Referências

AGRICULTURA digital no Brasil: tendências, desafios e oportunidades: resultados de pesquisa online. Campinas: Embrapa, 2020. 44p. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa/produtos-agropensa>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**, 20 mar. 2020a. Seção1, p.1-2. Edição Extra G.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25 jul. 2006. Seção1, p.1.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009. Seção1, p.2-4.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 3 jul. 2003. Seção1, p.1-3.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836,

de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, 17 out. 2011. Seção1, p.1-3.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, 7 abr. 2020b. Seção1, p.9. Edição Extra B.

BRASIL. Medida Provisória nº 957, de 24 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 500.000.000,00, para o fim que especifica. **Diário Oficial da União**, 27 abr. 2020c. Seção1, p.1-2.

BRASÍLIA (DF). Secretaria de Estado de Educação. Aviso de abertura de Chamada Pública nº 1/2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, 5 mar. 2020a. Seção3, p.1. Edição Extra. Disponível em: <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/03_Mar%C3%A7o/DODF%2022%2005-03-2020%20EDICAO%20EXTRA/DODF%2022%2005-03-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASÍLIA (DF). Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional. Aviso de resultado final da Chamada Pública de Compras nº 01/2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, 19 maio 2020b. Seção3, p.32. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2020/05_Maio/DODF%20093%2019-05-2020/&arquivo=DODF%20093%2019-05-2020%20INTEGRA.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

COVID-19 and food safety: guidance for food businesses: interim guidance, 7 April 2020. 2020. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/331705>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FUTEMMA, C.; TOURNE, D.C.M.; ANDRADE, F.A.V.; SANTOS, N.M. dos; MACEDO, G.S.S.R.; PEREIRA, M.E. **A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?** Scielo Preprints, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.967>.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.21, p.417-421, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v21i1.1386>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**. 2017a. Disponível em: <<https://>

censos.ibge.gov.br/agro/2017/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8.html>. Acesso em: 4 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. 2017b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-produtores>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LUCENA, C.C. de; HOLANDA FILHO, Z.F.; BOMFIM, M.A.D. Atuais e potenciais impactos do coronavírus (Covid-19) na caprinocultura e ovinocultura. **Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos**, n.10, p.1-6, 2020. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1121601/1/BoletimCIMn10.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2020.

MACHADO, M.; ROCHA, D.F.; CAMPOS, M.M.; COSTA, L.A.; CUNHA, A.R.A. de A. Política agrícola: Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Política Agrícola**, ano29, p.120-132, 2020.

PEDROSO, M.T.M.; CORCIOLI, G.; FOGUESATTO, C.R. A crise do coronavírus e o agricultor familiar produtor de hortaliças. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.14, p.3740-3749, 2020. Especial COVID-19. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3254>.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, A.A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S.P. **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19**: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Brasília: Ipea, 2020. (Ipea. Nota técnica, 69).

VIEIRA FILHO, J.E.R. Coronavírus e os impactos no setor agropecuário brasileiro. **Revista Política Agrícola**, ano29, p.3-7, 2020.

ZUÑIGA, E.C.C.; ZUÑIGA, N.C.; MONTILLA, I.A.L. Agricultura familiar e plataformas digitais no contexto da COVID-19. **Boletim Covid-19**, n.15, p.1-8, 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2020-07/Boletim_%20Covid%20n15_Agricultura%20Familiar_Plataformas%20Digitais%20%282%29.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.